



AS FERRAMENTAS GOOGLE COMO FACILITADORAS DO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DOCENTE AO ENSINO REMOTO: DÚVIDAS, CONTRIBUIÇÕES E APRENDIZAGENS VIVENCIADAS NA ESCOLA GUSTAVO BARROSO, EM JAGUARIBE-CEARÁ.

Cleomar Maciel de Araújo Vieira ¹

RESUMO

O presente artigo discute o processo de adaptação dos professores da Escola de Ensino Médio Gustavo Barroso, localizada no distrito de Nova Floresta, Jaguaribe-Ceará ao ensino remoto instaurado a partir Decreto Estadual nº 31.510, de 16 de março de 2020, que colocou em vigência em todo o Ceará o isolamento/distanciamento social como medida de prevenção à disseminação do novo coronavírus. A rapidez com que toda a rede estadual migrou do presencial para o não-presencial, exigiu muita agilidade, disposição e protagonismo de alunos, mas principalmente de professores que tiveram que buscar autoformação para conseguirem dominar as tecnologias e ferramentas propostas pela rede de ensino, oriundas da parceria com Google, os quais disponibilizaram acesso gratuito aos professores dos aplicativos do *G-Suite for Education*. Com o objetivo de analisar esse movimento, foi produzida uma pesquisa qualitativa que se desenrolou em forma de questionário para os professores, assim como a realização de um grupo focal, que visaram identificar as reações destes profissionais frente a implementação do ensino remoto e como se prepararam para tal. Os dados da pesquisa evidenciaram uma intensa e rápida preparação por parte da escola, realizando formação de professores, assim como uma grande abertura de seus educadores, os quais antes da pandemia não tinham conhecimentos sobre os aplicativos Google e, após a formação escolar, passaram a ter maior domínio tanto técnico quanto pedagógico sobre os mesmos. Dessa forma, conseguiram implementar o ensino remoto e assim mantiveram o vínculo escolar com os alunos, minimizando assim os efeitos negativos causados pela pandemia.

Palavras-chave: Ensino Remoto, Adaptação, Ferramentas Google, Protagonismo Docente.

INTRODUÇÃO

Entre o final do ano de 2019 e começo de 2020, os meios de comunicação de todo o mundo davam conta de um novo vírus surgido na China e que começara a causar preocupação em médicos e organizações de saúde devido à sua grande capacidade de contágio e letalidade, principalmente em pessoas de mais idade ou com algum tipo de doença preexistente, tais como, hipertensão, diabetes, obesidade, asma, entre outras.

Tratava-se do novo coronavírus ou SARS-CoV-2, agente causador da COVID-19, doença que, desde o início do ano de 2020, mais precisamente em março, quando foi decretada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), tem causado inquietação em grande parte da população e mexido drasticamente com a rotina e a forma de viver de muita gente e em todo o planeta.

¹ Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, cleomarprof@gmail.com.



No Brasil, o primeiro caso oficial da COVID-19 foi registrado em 26 de fevereiro de 2020, menos de um mês depois, em 12 de março, era registrado o primeiro óbito oficial causado pela doença. Desde então, houve uma grande movimentação política para preparar as unidades de saúde e ao mesmo tempo para reduzir a circulação de pessoas. Era necessário instaurar um distanciamento/isolamento social rígido a fim de conter a transmissão do vírus, algo similar ao que vinha ocorrendo em outros países, sobretudo europeus e asiáticos.

Esse movimento, que no Brasil foi liderado por prefeitos e governadores, mexeu com diversas esferas da sociedade e economia. No caso específico do estado do Ceará, foi decretado estado de emergência em saúde pública com necessidade de isolamento social obrigatório para vários setores da sociedade (Decreto nº 33.510/2020) quando houve o registro dos primeiros casos da doença, em 15 de março de 2020.

Dentre os setores atingidos pelo decreto estadual em razão da COVID-19, a educação foi um dos primeiros a ser atingido e, possivelmente, será um dos últimos a serem liberados para progressivamente voltar ao seu rito habitual. Desde o dia 17 de março de 2020 as aulas presenciais no estado do Ceará foram interrompidas e, seis meses depois, no dia 17 de setembro de 2020, ainda não se tinha uma perspectiva de retorno.

É importante salientar que, a partir da suspensão das aulas presenciais na rede estadual de ensino do Ceará, uma grande mobilização foi empreendida pela Secretaria da Educação (SEDUC), suas regionais, bem como pelas escolas e seus professores para que os alunos não perdessem o vínculo não somente com a sua escola, mas também com seus colegas e com a própria aprendizagem.

Na escola de Ensino Médio Gustavo Barroso, localizada no distrito de Nova Floresta, Jaguaribe-Ceará, onde foi desenvolvido o este estudo, a realidade não foi diferente. Apesar de a comunidade ter registrado o primeiro caso de COVID-19 apenas no mês de maio, a interrupção de suas atividades educacionais presenciais aconteceu junto com as demais unidades de ensino do estado e, com isso, tanto gestores como professores e alunos tiveram que se adaptar para que tal paralisação não se tornasse mais um dos históricos motivos de exclusão e desigualdades tão presentes na educação brasileira.

Tendo em vista minimizar as possíveis dificuldades desse processo, no dia 28 de março de 2020, a SEDUC em parceria com o Sindicato dos Profissionais da Educação (APEOC) publicaram diretrizes para o período de suspensão das atividades educacionais presenciais, orientando a instalação do ensino remoto na rede estadual como forma de manter o contato com o aluno e com seus objetos de aprendizagem. O documento previa, dentre outras coisas, a parceria da Secretaria da Educação com o Google, o qual disponibilizaria um



domínio das ferramentas do *G-Suite for Education*² para que todos os alunos e professores do estado pudessem utilizá-las durante o ensino remoto (CEARÁ, 2020).

Contudo, não houve uma preparação oficial por meio da SEDUC ou até mesmo do Google sobre estas ferramentas e como fazer uso de cada uma para um propósito pedagógico em específico. Dessa forma, os professores, que foram os primeiros usuários, não sabiam como e para que utilizar as inúmeras opções de aplicativos disponíveis, o que exigiu protagonismo dos educadores, autodidatismo, assim como, uma formação continuada encabeçada por coordenadores escolares, que também tiveram que se preparar e estudar para ministrá-las aos professores.

Com base no contexto enunciado anteriormente surgiu a pesquisa tela, que teve como norte a seguinte questão: como e de que forma se deu o processo de inserção/adoção das ferramentas Google na prática pedagógica de professores da Escola de Ensino Médio Gustavo Barroso? O trabalho aqui apresentado buscou analisar a implantação do ensino remoto na escola de Ensino Médio Gustavo Barroso, sobretudo no que tange às dúvidas, contribuições e aprendizagens relacionadas à adoção das ferramentas Google como recursos pedagógicos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A pandemia da COVID-19 trouxe à tona uma discussão há muito tempo em voga no meio educacional brasileiro: o processo de ensino e aprendizagem mediado pelas Tecnologias Digitais de Informações e Comunicação (TDIC's). Segundo Kenski (2003, p. 2) “a ampliação das possibilidades de comunicação e de informação, por meio de equipamentos como o telefone, a televisão e o computador, altera a nossa forma de viver e de aprender na atualidade”.

Entretanto, a concretização dessa inserção, especialmente nas escolas públicas, sempre se esbarrava em questões como pouco investimento do poder público em equipamentos de qualidade para as escolas, ausência de formação dos professores para o trabalho com aparatos tecnológicos, resistência por parte de alguns professores quanto à inovação e baixo poder aquisitivo dos estudantes para adquirirem seus próprios dispositivos.

Com a pandemia, todas ou a maioria dessas questões precisaram ser superadas, sobretudo as relacionadas ao uso de tecnologias por parte dos professores. Para Marques (2020, p. 33) “as mudanças que ocorreram no processo de ensino e aprendizagem frente o

² *G-Suite for Education* ou simplesmente ferramentas Google é um conjunto de aplicativos do Google que possibilita a produção, armazenamento de conteúdos e interação de maneira personalizada entre seus usuários. Dentre os produtos oferecidos encontram-se o *Google Drive*, Documentos, Planilhas, Formulários, *Gmail*, Sala de Aula, *Meet*, etc.



atual contexto da pandemia causada pelo novo coronavírus, levaram a adoção de metodologias alternativas, até então, não adotadas por muitos professores em seus ambientes de ensino”.

Nesse sentido, a adesão ao ensino remoto exigiu que muitos educadores buscassem formação por si próprios a fim de se familiarizarem com ferramentas tecnológicas, que foram os meios mais utilizados pela educação durante o período de distanciamento social. De acordo com a análise da Educação a Distância na Educação Básica frente à Pandemia da COVID-19, desenvolvida pela organização Todos Pela Educação (2020, p. 13) “no Brasil, a grande maioria dos professores (76%) buscaram recentemente por formas para desenvolver ou aprimorar seus conhecimentos sobre o uso das tecnologias para auxiliar nas aulas”.

Antes de adentrar especificamente na questão da formação de professores para o ensino remoto, convém destacar que a oferta da educação formal é um direito fundamental de qualquer cidadão brasileiro e está prevista na Constituição Federal, em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Assim sendo, mesmo com o atual contexto de pandemia, a educação, tal como outras áreas da sociedade teve que descobrir novas possibilidades para se ajustar frente ao desafio constitucional de atender a um grande número de pessoas envolvidas, sejam professores, gestores, pais e, principalmente, alunos. O primeiro passo para isso foi ajustar a legislação a fim de possibilitar um novo arranjo educacional, haja vista que a educação a distância como modalidade de ensino já havia sido prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.393/1996).

Nessa perspectiva, a portaria nº 343/2020 do Ministério da Educação autorizou, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais por aulas que utilizassem meios e tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2020). Seguindo a mesma linha, o Conselho Nacional de Educação, por meio do parecer CNE/CP nº 5/2020, consentiu a oferta de atividades não-presenciais, podendo tais atividades serem ofertadas no meio digital, com plataformas diversas, tais como videoaulas, rede sociais, suporte virtual, programas de televisão ou rádio ou mesmo pela adoção de materiais didáticos impressos (BRASIL, 2020).

O Parecer CNE/CP nº 5/2020 previa como alternativas para os anos finais do ensino fundamental e médio, tendo em vista a autonomia dos estudantes para a realização de tarefas on-line, a utilização de mídias sociais, tais como WhatsApp, Facebook, Instagram, entre outras, para estimular e orientar os estudos (BRASIL, 2020, p. 12). Nessa concepção, emerge



o que Santos (2014, p. 63) define como Educação On-line, isto é “o conjunto de ações de ensino-aprendizagem, ou atos de currículo mediados por interfaces digitais que potencializam práticas comunicacionais interativas, hipertextuais e em mobilidade”, o que vai além do conceito de Educação a Distância (EaD).

A educação on-line e, por conseguinte, o ensino remoto necessitam especificamente de uma maior interação e comunicação entre alunos e professores na produção do conhecimento, diferente da EaD, onde a marca principal é autonomia do estudante quanto ao espaço-tempo de sua aprendizagem,

Para se consolidar, a educação on-line necessita de recursos digitais e atualmente o celular, tablets e computadores, bem como, o acesso à internet são as principais ferramentas disponíveis para que essa prática se concretize no cenário educacional contemporâneo. No Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2018, o celular é o principal meio de acesso à internet no país, estando presente tanto na zona urbana quanto rural e o público jovem é o que mais faz uso desse tipo de dispositivo.

Kenski (2003, p.4) destaca que essas “novas possibilidades de acesso à informação, interação e de comunicação, proporcionadas pelos computadores (e todos os seus periféricos, as redes virtuais e todas as mídias), dão origem a novas formas de aprendizagem. Na mesma linha, Conforto e Vieira (2015, p. 45) afirmam que “a abundância de recursos e de conte dos físicos e digitais, aliada ampliação dos serviços de conexão móvel com a Internet, de armazenamento em nuvem e a evolução da telefonia celular, promoveram o surgimento de uma nova modalidade de educação, a Aprendizagem Móvel”.

E é no contexto da pandemia da COVID-19 e na implantação do distanciamento social que estes equipamentos efetivamente adentram o espaço da sala de aula e, como suporte para a aprendizagem, são oferecidos inúmeros aplicativos ou ferramentas educacionais. O mais conhecido e provavelmente mais utilizado em todo o Brasil, durante o ensino não-presencial, é o *G-Suite for Education*, conjunto de aplicativos do Google voltados para facilitar o trabalho de escolas e professores junto aos seus alunos. Essas ferramentas proporcionam a criação de ambientes virtuais de aprendizagem, onde alunos e professores podem interagir e construir conhecimentos de maneira conjunta.

Para tanto, de acordo com Kenski (2003, p. 5), “os educadores precisam compreender as especificidades desses equipamentos e suas melhores formas de utilização em projetos educacionais”. É a partir desse conhecimento, que os professores saberão para que fins pedagógicos melhor se adequam cada um dos aplicativos e o que esperam que os alunos produzam por meio de seu uso.



Cabe, portanto, às escolas e ao sistema de ensino preparar o professor para esta junção da tecnologia com a educação, mesmo que isso seja feito ao longo do caminho. O que se almeja é que os sistemas educacionais tenham a mesma proatividade para formar seus professores, tal como esperam que os professores se adequem a um modelo completamente novo de pensar e fazer educação, especificamente em um período onde as pessoas estão lutando para permanecerem com suas saúdes físicas e mentais em harmonia.

Da mesma forma, “os professores deverão estar cientes e interessados em entender o atual contexto, assim como em contribuir para atenuar os impactos dessa crise, mesmo sem o acesso aos métodos que, tradicionalmente, estava acostumado a utilizar” (MARQUES, 2020, p.36). A escola é e sempre será um lugar de múltiplas relações e interações, onde o educando não aprende apenas conteúdos ou matérias, mas formas de viver e se relacionar em sociedade, consigo mesmo e com o outro. Contudo, o cenário da pandemia afastou alunos e professores desse espaço tão primordial para a formação do futuro do Brasil. Então, “o ensino remoto pode ser um caminho para a complementação da vida escolar dos brasileiros, de forma a manter contato, pensar em conteúdos interdisciplinarmente, em uma formação cidadã ou reforçar saberes” (MARTINS; ALMEIDA, 2020, p. 6).

METODOLGIA

O estudo em destaque seguiu uma abordagem metodológica de caráter qualitativo. Segundo Minayo (2002) tal abordagem responde a indagações muito peculiares e que por tais características não podem ser quantificados. A pesquisa qualitativa possui três fases: o período exploratório, o trabalho de campo e a análise e tratamento do material empírico e documental (MINAYO, 2002). Seguindo esse itinerário proposto por Minayo (2002), foi realizado um estudo bibliográfico de autores que tratam sobre o ensino remoto ou mediado pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, sobretudo no contexto da educação básica. Complementando a fundamentação teórica, foi feito um estudo dos decretos e diretrizes publicados pelo Governo do Estado do Ceará e pela Secretaria da Educação durante a vigência da pandemia.

Posteriormente, foi aplicado um questionário, via formulário eletrônico, aos 17 professores da Escola Gustavo Barroso para que pudessem relatar sobre as suas maiores dificuldades no processo de adaptação ao ensino remoto e sobre a forma como a escola havia se preparado para dar suporte aos educadores durante o processo de ensino não-presencial. Ademais, o formulário continha algumas perguntas para identificar o domínio e manuseio de algumas ferramentas do Google antes e após a adoção das mesmas pela SEDUC em virtude



da pandemia. Ao todo, o questionário continha 12 perguntas, 10 fechadas e de múltipla escolha e 2 abertas e subjetivas.

O questionário esteve disponível para resposta durante dez dias, sendo enviado aos professores via link no grupo de WhatsApp da escola, não sendo necessária quaisquer tipos de identificação nominal, menção a um componente curricular em específico, obrigatoriedade ou confirmação de resposta. Entretanto, todos os professores da instituição atenderam ao convite e responderam aos itens propostos.

Ao passo que a pesquisa acontecia, a escola desenvolvia uma prática formativa voltada para a compreensão dos professores dos recursos virtuais para melhoria do ensino remoto e um escopo maior fora dado às ferramentas do Google, dada a disponibilidade das mesmas em virtude da parceria com a SEDUC. Nesse sentido, achou-se conveniente realizar um grupo focal virtual com os professores da instituição com vistas a compreender como a formação desenvolvida pela escola, por meio de seus coordenadores, vinha contribuindo para o amadurecimento do domínio das ferramentas propostas/trabalhadas.

O grupo focal contou com a presença de 12 dos 17 professores da instituição que, a partir de questões disparadoras, se colocavam e apresentavam sua avaliação e experiências sobre o ensino remoto, assim como, com os aplicativos do *G-Suite for Education* e as formas como estes estavam contribuindo para a consolidação das atividades pedagógicas em um período de incertezas e desafios causados pela pandemia da COVID-19.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

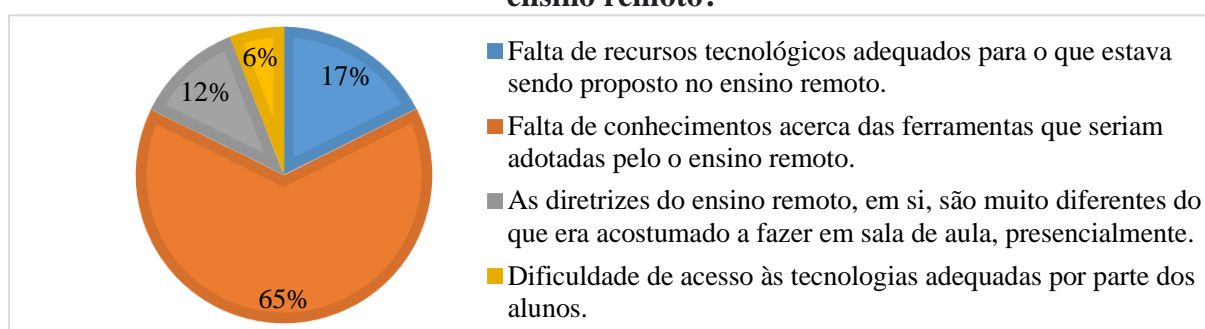
Pelos resultados obtidos no questionário aplicado com os professores da Escola de Ensino Médio Gustavo Barroso, foi possível perceber as dificuldades encontradas no processo de adaptação ao ensino remoto. Quando perguntados se faziam uso de tecnologias da informação e comunicação em suas aulas, 80% dos professores afirmaram utilizar somente equipamentos para produção e projeção de apresentações. Apenas 20% dos professores disseram adotar recursos diferenciados, como o celular, seus aplicativos ou softwares de computador.

Observa-se que a inserção da tecnologia pelos professores se dava apenas como um acessório para a exposição de conteúdo, que deixou de ser copiado no quadro para ser exibido em um projetor de imagens, no entanto, os alunos permaneciam numa posição passiva, como meros ouvintes. Os dados apontaram para duas possíveis questões: os professores têm resistência em trabalhar com aparatos tecnológicos em sala ou então, não sabem utilizá-los.



Pelo que pode ser visto no gráfico 01, a segunda opção parece ser a mais acertada. Ao serem questionados sobre as maiores dificuldades no processo de adaptação ao ensino remoto, 65% dos entrevistados disseram que a falta de conhecimento acerca das ferramentas adotadas no ensino remoto, ou seja, as ferramentas Google, sugeridas pela própria SEDUC, foram seus maiores embaraços. Em seguida, 17% explicaram não possuir recursos adequados para o modelo de ensino proposto, o que pode ser contraditório já que todos os professores da instituição, na pesquisa, disseram possuir celular, computador ou os dois.

Gráfico 01 - Quais foram as suas maiores dificuldades no processo de adaptação ao ensino remoto?



Fonte: Elaboração Própria (2020)

Outra informação relevante sobre essa questão é que apenas 6% dos professores alegaram que o maior obstáculo desse momento foi a dificuldade de acesso dos alunos à tecnologia, o que parece não ser o maior problema da instituição no que se refere à adaptação ao ensino remoto. É evidente pela pesquisa que a centralidade da adaptação se deu no quesito formação de professores para o trabalho com a tecnologia.

Nesse aspecto, o trabalho escolar de formação parece ter ido ao encontro da necessidade inicial apontada pelos professores. Ao serem indagados sobre a forma como a escola preparou e ofereceu suporte aos educadores no processo de ensino remoto, 29,4% dos respondentes consideram o trabalho realizado pela escola como ótimo, ao passo que 58,8% disseram que a instituição de ensino fez um bom trabalho, enquanto que 11,8% acreditam que a escola teve um desempenho regular na formação continuada em preparação para o ensino remoto.

Um dos focos da formação empreendida pela unidade de ensino foi a apresentação e orientação para a inserção das ferramentas do *G-Suite for Education* no ensino remoto, já que as mesmas foram oferecidas pela SEDUC. As ferramentas Google, voltadas para a educação, conforme citado anteriormente, envolvem um conjunto de aplicativos, entre eles o Google Sala de Aula, que permite a criação, gerenciamento de turmas, criação e reaproveitamento de



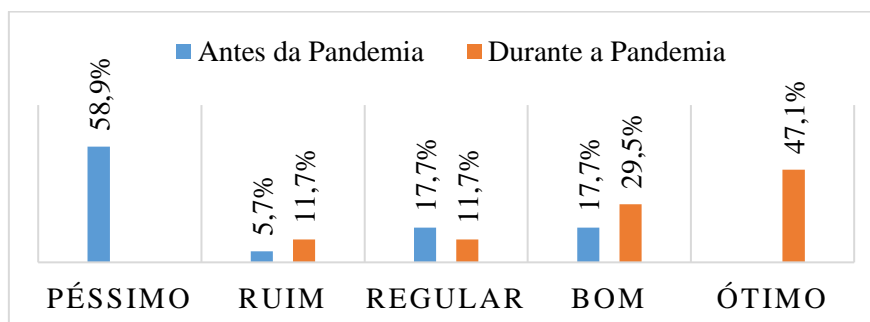
atividades e materiais pedagógicos, elaboração de atividades avaliativas, proporcionando, inclusive, a oportunidade de devolutivas aos estudantes sobre o seu desempenho, bem como, sobre as atividades realizadas.

O Google Sala de Aula dá acesso a outros aplicativos como o *Google Docs*, que permite a construção de textos colaborativos, ao Google Apresentações, para elaboração de *slides* em equipes, *Google Forms*, para produção de testes e questionários, *Google Meet* para promoção de reuniões e aulas síncronas, ou seja, aulas em que professores e alunos se encontram ao mesmo tempo para estudarem ou tratarem um determinado assunto/conteúdo, entre outros. Logo, estas ferramentas permitem interações tanto síncronas, quanto assíncronas o que as torna uma alternativa prática, barata e viável, principalmente para o momento de pandemia, no qual não foi possível grandes investimentos por parte dos gestores públicos, os quais acabaram se concentrando na saúde, prioridade máxima em todas as esferas do poder.

A respeito dos aplicativos do *G-Suite for Education*, todos os professores da escola Gustavo Barroso disseram conhecer com bastante convicção, antes mesmo da pandemia, somente o *Gmail*, uma vez que a maioria deles possuíam uma conta do tipo para o envio e recebimento de *E-mails*. Sobre outros aplicativos, 55% dos professores disseram não os conhecer de nenhuma forma. Sendo que o Google Sala de Aula e o Goole Meet tiveram porcentagens de desconhecimento ainda maiores.

Antes de pandemia, 58,9% dos professores disseram nunca ter manuseado o Google Sala de Aula, conseqüentemente avaliam o domínio do aplicativo como péssimo. Após o trabalho de formação da escola, 71,5% classificaram seu conhecimento sobre o aplicativo como sendo bom ou ótimo. Algo bastante relevante uma vez que o Google Sala de Aula é a principal ferramenta para o trabalho remoto. É por meio dele que os professores conseguem manusear os outros aplicativos que fazem parte do pacote.

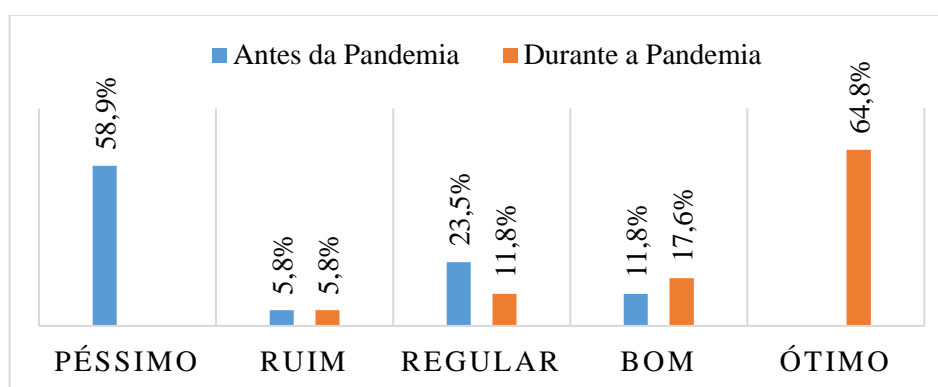
Gráfico 02 - Como você classificaria o seu domínio e manuseio do Google Sala de Aula, antes e durante a pandemia?



Fonte: Elaboração Própria (2020)

Em relação ao Google Meet, ferramenta que possibilita a ministração de aula síncrona, antes da pandemia, pelo gráfico 03, verifica-se que 58,9% dos educadores da escola definiram a manipulação ou utilização na escola como péssima, o que é justificável, já que não havia a necessidade dessa mediação entre o professor e aluno, pois a presencialidade do ensino já oportunizava essa dinâmica. Depois das formações e da própria adição do aplicativo às aulas remotas, 82,4% denominavam seu domínio acerca da ferramenta como bom ou ótimo. O que demonstra um movimento de formação bem fundamentado promovido pela instituição, assim como, a abertura dos professores para esse novo modelo de ensino.

Gráfico 03 - Como você classificaria o seu domínio e manuseio do Google Meet, antes e durante a pandemia?



Fonte: Elaboração Própria (2020)

As melhorias apresentadas nos gráficos são justificadas pelas falas dos professores durante a realização de um grupo focal. No encontro, os educadores ressaltaram que mesmo diante da problemática, a escola soube contornar a situação ao formá-los para o uso das ferramentas Google, então disponibilizadas pelo estado. Tais ferramentas, nas palavras dos professores, foram essenciais para a continuidade das atividades, pois seria improvável que o estado conseguisse criar as suas próprias alternativas em tão pouco tempo. Este proativismo, tem dado mais leveza a esse período de ensino remoto, que tem sido de muito aprendizado, graças também à coordenação escolar, responsável pela socialização de (in)formações no ambiente escolar.

Os professores demonstraram compreender, nas várias ocasiões oportunizadas pela pesquisa, que a junção ensino e tecnologia foi apenas antecipada por conta da pandemia, mas, de agora em diante, dificilmente as mesmas conseguirão ser separadas, o que exigirá ainda mais esforço da escola, de professores e da educação como um todo. É possível que a transição do ensino meramente expositivo para o mediado pela tecnologia, ocorrida na escola



Gustavo Barroso e em outras escolas do estado do Ceará, não tenha acontecido como e quando se esperava, no entanto, uma coisa é certa: sem protagonismo docente dificilmente ela teria ocorrido, em qualquer tempo que seja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nem mesmo o mais pessimista dos seres humanos imaginaria, lá em dezembro de 2019, quando surgiram os primeiros casos da COVID-19 na China, os transtornos e impactos que a doença traria para a humanidade. Sem dúvidas o maior de todos os prejuízos foram as milhões de vidas perdidas ao redor do planeta e as famílias que choraram suas perdas, independentemente de idade ou condição social.

A doença afunilou o cenário de desigualdades existentes pelo mundo, principalmente em países de grandes contrastes sociais como o Brasil. Além das mortes, a COVID-19 deixa um legado de elevação no desemprego, de fome e injustiça social, que ainda serão sentidos por um longo período, mesmo após a pandemia.

A educação, assim como outros setores, viu-se obrigada a parar suas atividades, todavia, diferentemente de outros organismos, teve que continuar seu trabalho, com os meios possíveis, a fim de não perder o vínculo com os estudantes e o ensino remoto, mediado pela tecnologia, foi a forma mais factível para o momento, sendo necessário para isso não somente os equipamentos ou a tecnologia em si, mas um processo de formação/adaptação elaborado pelas escolas e/ou buscados pelos próprios educadores.

Por meio desta pesquisa fica perceptível o empenho e dedicação com que escolas e professores protagonizaram e ainda estão à frente do ensino remoto. A disponibilidade e amor pelo que fazem e principalmente a vontade de que seus alunos continuassem aprendendo, mesmo a distância, em um cenário de pandemia, foram motrizes para que a educação se reinventasse rapidamente. Pode não ter sido da melhor maneira ou com os melhores meios/recursos, mas, parar e esperar por uma vacina - que não se sabe ainda quando chegará - para só então retomar as aulas de onde parou, provavelmente traria danos ainda maiores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 jun. 2020.

_____. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020 que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial [da] União**, 18 mar. 2020. Disponível em:



<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>.
Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. (2020). Parecer CNE-CP N° 5, de 30 de abril de 2020, dispõe sobre a reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. **Diário Oficial [da] União**, 01 jun. 2020. Disponível em:<<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Parecer-cne-cp-005-2020-04-28.pdf>>. Acesso em 18 ago. 2020.

CEARÁ. Decreto n° 33.510, de 16 de março de 2020. Decreta situação de emergência em saúde e dispõe sobre medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana pelo novo coronavírus. **Diário Oficial [do] Estado do Ceará**, Poder Executivo, Fortaleza, CE, 16 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/decretos-do-governo-do-ceara-com-aco-es-contra-o-coronavirus/>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

_____. Secretaria da Educação. Diretrizes para o período de suspensão das atividades educacionais presenciais por conta da situação de contenção da Infecção Humana pelo novo Coronavírus no âmbito dos estabelecimentos de ensino da rede estadual do Ceará. Fortaleza, CE, 28 mar. 2020. Disponível em:<https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/03/Diretrizes_escolas.pdf>. Acesso em 28 mar. 2020.

EDUCAÇÃO, Todos pela. **Ensino a Distância na Educação Básica frente à pandemia da COVID-19**. São Paulo, abril, 2020. Disponível em:< https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/425.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

KENSKI, V. M. Aprendizagem mediada pela tecnologia. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n.10, p.47-56, set./dez. 2003. Disponível em:< <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189118047005>>. Acesso em: 30 abr. 2020

MARQUES, R. A Ressignificação da Educação e o processo de ensino e aprendizagem no contexto de Pandemia da COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 3, n. 7, p. 31-46, 2020. Disponível em:<<http://revista.ufr.br/boca>>. Acesso em: 31 ago. 2020.

MARTINS, V.; ALMEIDA, J. Educação em tempos de Pandemia no Brasil: saberesfazeres escolares em exposição nas redes e a educação online como perspectiva. **ReDoC**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 215-225, mai./ago. 2020. Disponível em:< <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/51026>>. Acesso em: 20 set. 2020.

MINAYO, M. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

SANTOS, E. O. **Pesquisa-formação na cibercultura**. 1. ed. Santo Tirso: Whitebooks, 2014. V. 1. 202p.

TOKARNIA, M. Celular é o principal meio de acesso à internet no país. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2020. Disponível em:< <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/celular-e-o-principal-meio-de-acesso-internet-no-pais>>. Acesso em: 20 ago. 2020